Despacho n.º 457/2005 (2.ª série) — AP. — *Despacho de delegação de competências.* — De harmonia com o disposto no artigo 35.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, ao abrigo do artigo 11.º, n.º 9, do Decreto-Lei n.º 559/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, nos termos do artigo 7.º, alínea *d*), do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Golegã, publicado no apêndice n.º 58 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 16 de Maio de 2002, e artigo 70.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delego no chefe da Divisão Municipal de Obras, Urbanismo e Ambiente, engenheiro Acácio Galrinho Nunes, a competência para:

- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, prestado em dias de descanso e feriados, relativamente aos funcionários afectos à Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente;
- Assinar correspondência destinada a entidades públicas ou a particulares;
- Autorizar a passagem de termos de justificação administrativa;
- Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;
- Notificar os requerentes para corrigir ou completar pedidos, bem como da decisão de suspensão de procedimentos tomada pelo presidente da Câmara, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

São ratificados os actos praticados no âmbito da presente delegação de competências desde 1 de Janeiro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *José Tavares Veiga Maltez*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 432/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 23 de Dezembro do ano em curso, foram renovados os contratos de trabalho a termo certo, celebrados entre esta Câmara Municipal e os indivíduos abaixo referidos, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Ana Maria Bernardino Fonseca Santos — engenheiro técnico mecânico de 2.ª classe, pelo prazo de um ano, com efeitos a 9 de Fevereiro de 2005.

Cláudia Isabel Santos Duarte — técnico superior de desporto de 2.ª classe, pelo prazo de um ano, com efeitos a 2 de Fevereiro de 2005.

Patrícia Isabel Freitas Marques — fiscal municipal de 2.ª classe, pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Março de 2005.

Rui Manuel Todo Bom Andrade — engenheiro geológico de 2.ª classe, pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Março de 2005.

27 de Dezembro de 2004. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 433/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratos de trabalho a termo resolutivo certo.* — Por despacho de 3 de Novembro de 2004, do vereador da área de gestão de recursos humanos, engenheiro José António Moreira Marques, com a delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 169/P/2004, de 30 de Julho (*Boletim Municipal*, n.º 546, de 5 de Agosto de 2004):

Elizabeth Cristina Cruz Gomes Teixeira, contrato celebrado nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e no Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, para o exercício de funções equiparadas a auxiliar de acção educativa.

Por despacho de 23 de Novembro de 2004, do vereador da área de gestão de recursos humanos, engenheiro José António Moreira

Marques, com a delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 169/P/2004, de 30 de Julho (*Boletim Municipal*, n.º 546, de 5 de Agosto de 2004):

Alcina Fernanda Lopes dos Santos, Ana Paula Castro Guerreiro Coelho, Ana Paula Teixeira Mendes dos Santos Almeida, Carla Maria de Oliveira Brito, Inês Salomé da Silva Lopes Grazina, Maria da Luz Saraiva Figueiredo Bernardo, Mónica Alexandra Botelho Rodrigues, Sónia Cristina Pereira Quintão, contratos celebrados nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e no Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, para o exercício de funções equiparadas a auxiliares de acção educativa.

28 de Dezembro de 2004. — O Chefe de Divisão, *Pedro Costa*.

Aviso n.º 434/2005 (2.ª série) — AP. — *Rescisão de contrato de trabalho a termo certo.* — Por despacho de 17 de Novembro de 2004, do director municipal de recursos humanos, foi autorizada a rescisão de contrato de trabalho a termo certo, do cantoneiro de limpeza, Alfredo Luís Brito Dias, a partir de 13 de Outubro de 2004.

28 de Dezembro de 2004. — O Chefe de Divisão, *Pedro Costa*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 435/2005 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que, de acordo com o despacho do vereador com poderes delegados pelo presidente desta Câmara Municipal, datado de 24 de Novembro de 2004, foram renovados, por mais seis meses, os contratos de trabalho a termo certo, celebrados com os seguintes trabalhadores:

Ana Teresa Bento Torres Ribeiro — técnico superior de 2.ª classe, índice 400, pelo prazo de seis meses, com data do contrato de 23 de Junho de 2003.

Pedro Rafael Araújo Marreiros — técnico superior de 2.ª classe, índice 400, pelo prazo de seis meses, com data do contrato de 23 de Junho de 2003.

27 de Dezembro de 2004. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

Aviso n.º 436/2005 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 21 de Dezembro de 2004, foi celebrado nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 129.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, bem como da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com João Nuno Serra Gomes, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe (desenhador), índice 199, pelo prazo de um ano, com data do contrato de 27 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2004. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

Aviso n.º 437/2005 (2.ª série) — AP. — José Manuel Dias Custódio, presidente da Câmara Municipal da Lourinhã:

Faz constar, para efeitos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção vigente, conjugado com o artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que a operação de loteamento urbano — Processo n.º 4008/04, referente ao prédio rústico localizado em Cezaredas, freguesia de Reguengo Grande, inscrito na matriz rústica sob o artigo 31 da secção H da freguesia de Reguengo Grande e descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 2091, da freguesia de Reguengo

Grande requerido por RUSTIVIL — Recuperação de Património Espaços Verdes, Construção Civil, L.^{da}, com sede em Pregança, vai entrar em fase de discussão pública, por um período de 15 dias úteis, iniciados oito dias após a publicação deste aviso, antes da respectiva aprovação, podendo para tal ser consultado conjuntamente com os pareceres técnicos emitidos pela Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, desta Câmara Municipal, no horário normal de expediente: das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos, na Secção Administrativa de Apoio à Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo.

A Câmara Municipal, concluído o termo da discussão pública, ponderará as reclamações/sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada, perante aqueles que invoquem, designadamente:

- d) Desconformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes;
- e) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- f) A eventual lesão de direitos subjectivos.

28 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Dias Custódio*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Rectificação n.º 30/2005 — AP. — José Narciso Rodrigues de Miranda, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos:

Faz público que a alteração da macroestrutura dos serviços municipais, Regulamento Orgânico, organograma e quadro de pessoal, publicado no apêndice n.º 113 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 8 de Setembro do ano em curso, saiu com as seguintes inexactidões:

No Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, artigo 2.º, n.º 2, onde se lê «Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão participar nas da Comissão outros dirigentes sempre que o presidente da Câmara assim o decida.» deve ler-se «Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão participar nas reuniões da Comissão outros dirigentes sempre que o presidente da Câmara assim o decida.»;

No artigo 18.º, n.º 3, alínea *h*), onde se lê «Calcular, registar, controlar e executar os pagamentos de menções de verbas relativas a receitas cobradas para terceiros (operações de tesouraria)» deve ler-se «Calcular, registar, controlar e executar os pagamentos das retenções de verbas relativas a receitas cobradas para terceiros (operações de tesouraria)»;

No artigo 24.º, n.º 1, alínea *a*), onde se lê «O Departamento de Planeamento» deve ler-se «O Departamento de Planeamento Urbanístico»;

No artigo 24.º, n.º 2, onde se lê «O Departamento de Planeamento compreende as seguintes divisões:» deve ler-se «O Departamento de Planeamento Urbanístico compreende as seguintes divisões:»;

No artigo 24.º, n.º 2, alínea *c*), onde se lê «Divisão de Circulação e Transportes» deve ler-se «Divisão de Mobilidade e Equipamento Urbano»;

No artigo 25.º, na epígrafe, onde se lê «Departamento de Planeamento» deve ler-se «Departamento de Planeamento Urbanístico»;

No artigo 25.º, n.º 1, onde se lê «O Departamento de Planeamento tem por atribuição a monitorização do Pano Director Municipal, bem como as respectivas alterações e revisões, o desenvolvimento do sistema de informação geográfica municipal, a elaboração de planos de urbanização e de planos de pormenor, o ordenamento da circulação rodoviária e o acompanhamento da evolução dos grandes sistemas de transporte urbano e das acessibilidades regionais e nacionais» deve ler-se «O Departamento de Planeamento Urbanístico tem por atribuição a monitorização do Pano Director Municipal, bem como as respectivas alterações e revisões, o desenvolvimento do sistema de informação geográfica municipal, a elaboração de planos de urbanização e de planos de pormenor, o ordenamento da circulação rodoviária e o acompanhamento da evolução dos grandes

sistemas de transporte urbano e das acessibilidades regionais e nacionais»;

No artigo 26.º, n.º 4, alínea *d*), onde se lê «Executar embargos de obras de urbanização, de educação, de demolição ou de remodelação de terrenos» deve ler-se «Executar embargos de obras de urbanização, de edificação, de demolição ou de remodelação de terrenos».

No quadro de pessoal, no grupo de pessoal técnico superior, carreira de técnico superior de tradução, geografia, organização e gestão, animação cultural, dança e técnico superior, onde se lê «Especialista, principal, especialista, principal, 1.ª ou 2.ª classe» deve ler-se «Assessor principal, assessor, principal, 1.ª ou 2.ª classe».

No grupo de pessoal técnico profissional, carreira de fiscal municipal, onde se lê «Coordenador, especialista principal, especialista, principal, 1.ª ou 2.ª classe» deve ler-se «Especialista principal, especialista, principal, 1.ª ou 2.ª classe».

30 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *José Narciso Rodrigues de Miranda*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Aviso n.º 438/2005 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Em cumprimento do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que foi renovado, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo certo com Marcos Paulo Gomes Brito Garcia, para o desempenho de funções de desenhador, com início em 5 de Janeiro de 2005.

15 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *Jorge Pulido Valente*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA

Aviso n.º 439/2005 (2.ª série) — AP. — Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, foram celebrados os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo:

Florbela de Jesus Viegas, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, afecta ao estabelecimento de educação pré-escolar de Praia de Mira, com início a 18 de Novembro 2004, ao abrigo da alínea *h*) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, pelo período de oito meses, susceptível de renovação, remunerada pelo índice 128.

Vânia Catarina Barreto Gordo, com a categoria de auxiliar de serviços gerais, afecta ao estabelecimento de educação pré-escolar de Mira, com início a 18 de Novembro 2004, ao abrigo da alínea *a*) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, durante o período de tempo em que se verificar a situação que justifica a contratação, remunerada pelo índice 128.

Mário de Jesus Gomes, com a categoria de serralheiro mecânico, afecto ao Serviço de Oficina, Parque e Viaturas, com início a 24 de Novembro de 2004, ao abrigo da alínea *a*) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, durante o período de tempo em que se verificar a situação que justifica a contratação, remunerado pelo índice 189.

7 de Dezembro de 2004. — O Presidente da Câmara, *Mário Ribeiro Maduro*.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 440/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos e em cumprimento do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, torna-se público o quadro de pessoal deste Município, aprovado pela Câmara Municipal em 3 de Dezembro de 2004 e pela Assembleia Municipal em 17 de Dezembro de 2004.